

ANDRÉ GORZ: POR UMA SOCIEDADE DO TEMPO LIBERADO

*Andrea Bárbara Lopes de Azevedo**

Cite este artigo: AZEVEDO, Andrea Bárbara Lopes de. André Gorz: por uma sociedade do tempo liberado. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 113 - 125, agosto. 2012. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 02 de agosto 2012.

Resumo: O marxismo pensa a emancipação humana pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho e fim da propriedade privada. André Gorz, pensador do século XX, propõe revisão à teoria marxista de emancipação ao apontar como irrealizáveis a apropriação coletiva das forças produtivas e o fim da heterodeterminação no trabalho. Gorz analisou que a revolução tecnológica permitiu a ampliação da produção com quantidades decrescentes de trabalho necessário, possibilitando a redistribuição do tempo de trabalho na sociedade a fim de liberar tempo constantemente na vida dos indivíduos. Este tempo liberado teria o potencial de permitir a emancipação humana pela apropriação dos trabalhadores para realização de atividades autodeterminadas e autônomas. Desse modo, Gorz apresenta a busca pela liberdade por meio da ampliação do tempo livre e redução do tempo destinado ao trabalho e às atividades heterodeterminadas.

Palavras-chave: André Gorz; trabalho; tempo liberado; emancipação humana; tempo.

André Gorz não pode ser apresentado como um grande acadêmico contemporâneo, no entanto, de forma alguma, Gorz pode ser excluído do título de um dos maiores pensadores de nosso tempo. Formado em engenharia química, Gorz foi mais um militante do movimento sindical que acadêmico, porém, suas teses são de grande importância de estudo na sociologia contemporânea.

Austríaco de origem, naturalizou-se francês e, em 1946, conheceu o filósofo Jean-Paul Sartre, principal pensador do existencialismo. Foi a amizade com Sartre que, além de propiciar sua participação na revista *Les Temps Modernes* criada pelo filósofo, proporcionou as duas influências teóricas que permeiam todas as obras de Gorz: o existencialismo e o marxismo. Do existencialismo francês, Gorz acumulou debates acerca da busca pela liberdade, e do marxismo, a preocupação com as relações de trabalho e com a dominação da classe trabalhadora. Para Gorz, como pretendemos demonstrar, a dominação capitalista perpassa pela dominação pelo trabalho e, por conseguinte, a liberdade humana só pode ser realizada pela conquista da liberação do trabalho pela classe trabalhadora [1]. O cerne da produção intelectual do pensador

pode ser apresentado como a busca do ser livre, capaz de atuar autodeterminado e sem opressões, sejam elas da sociedade, do trabalho ou do Estado [2].

Josué Pereira da Silva (2002), o mais célebre estudioso do pensamento de André Gorz no Brasil, apresenta a produção teórica de Gorz dividida em três fases. A primeira fase, que compreende os três primeiros livros de Gorz (*Fondements pour une morale, Le traître, La morale de l'histoire*), possui grande influência da obra *O ser e o nada* de Sartre, e tem ênfase no tema da alienação do indivíduo e da alienação social (SILVA, 2002). A segunda fase apresenta como principais as obras: *Estratégia operária e o neocapitalismo, O Socialismo difícil e Reforma e revolução*. Nestas obras, o foco se encontra nas relações operárias e na dominação da classe trabalhadora. Nessa fase, Gorz crê que o operariado é o sujeito da transformação social e o local de trabalho, a fábrica, é lugar de dominação e controle, mas também local de superação da alienação pela classe operária. As obras *Ecologia e política* e *Ecologia e liberdade* são, para Silva (2002), momento de transição do pensamento de Gorz para uma terceira fase em que o pensador abandona algumas crenças anteriores como a do proletariado como sujeito revolucionário da sociedade. Nesses livros, o pensador inicia análises sobre a tecnologia, apontando para a impossibilidade da apropriação coletiva dos meios de produção pelo operariado. A terceira fase de Gorz, considerada momento de ruptura com suas fases anteriores (SILVA, 2002), caracteriza-se pela publicação das obras: *Adeus ao proletariado, Metamorfose do trabalho, Le chemins du paradis, Miséria do presente, riqueza do possível*, entre outras. Gorz, a partir desse momento, passa a defender teses que desenvolverá até o final de sua vida: o proletariado deixa de ser sujeito transformador da sociedade; o desenvolvimento das forças produtivas não é mais colocado como propulsor da revolução como pensado por Marx; a tese marxista de que o fim do capitalismo passava pela apropriação coletiva dos meios de produção deixa de ser aceita; o trabalho não é mais visto como *locus* da emancipação, mas sim como local fundamental de funcionamento da dominação da racionalidade econômica capitalista, sendo a liberdade humana apenas alcançada pela liberação dos homens do trabalho e dessa racionalidade. Nessa fase, o pensador apresenta a sociedade a partir de uma dualidade: por um lado, o mundo do trabalho em que predomina a dominação racional capitalista e a heteronomia, o que seria o reino da necessidade; por outro, um mundo em que predomina a autodeterminação e a autonomia, o reino da liberdade.

Não caberia nesse pequeno texto qualquer análise que abordasse toda a complexidade do pensamento de Gorz, assim, tendo em mente os limites teóricos que estarão presentes nesse trabalho, pretende-se aprofundar-se sobre tema que consideramos fundamental para Gorz, que seria a busca pela emancipação humana a partir da redução do tempo de trabalho. Pretendemos analisar, a partir da terceira fase de Gorz, sua construção teórica do trabalho como parte fundamental da dominação capitalista e a solução apontada pelo pensador de redução do tempo e da importância do trabalho na sociedade, buscando a ampliação do tempo livre para realização

de atividades autodeterminadas como constituinte de outra sociedade, a sociedade da multiatividade.

1. O trabalho como dominação

André Gorz aponta que o trabalho não foi sempre como o conhecemos hoje. Esse trabalho o qual estamos familiarizados é “uma invenção da modernidade” (GORZ, 2007, p. 21). O trabalho não pode ser confundido com os afazeres que repetimos cotidianamente nem com o labor que é necessário a nossa sobrevivência. Ele é uma atividade realizada na esfera pública, reconhecida pelos outros, além de nós, por sua utilidade, e é remunerado. É atividade fundamental da socialização em nosso tempo (GORZ, 2007).

Cabe nos remetermos à história do trabalho para esclarecimento da racionalidade moderna a que ele hoje se vincula. Na Antiguidade clássica, trabalhar era sujeitar-se às necessidades vitais, sendo visto como indigno do cidadão. Era reservado às mulheres e aos escravos, pertencendo às atividades da esfera privada. Esse trabalho além de indigno da *Pólis*, não pertencia ao reino da liberdade e significava sujeitar-se ao servilismo, ao reino da necessidade. A *Pólis*, inversamente, era o *lócus* de exercício da liberdade, onde caminhava a busca pelo “bem público e pela boa vida” (GORZ, 2007, p. 23). O trabalho era realizado no âmbito privado da família que tinha base numa estrutura hierárquica rígida desigual, enquanto a *Pólis* era o reino dos iguais. A liberdade era alcançada além do reino da necessidade, se o indivíduo não mais se sujeitasse às necessidades do corpo e fosse senhor dos fins de suas ações. O trabalho não possuía caráter de sociabilidade ou de identidade, seu caráter era de exclusão da esfera pública.

No capitalismo manufatureiro, o trabalho denominava as atividades exercidas por servos e outros trabalhadores destinadas para a sobrevivência, sendo a remuneração e o tempo destinados ao trabalho moderados. Foi o capitalismo industrial que alterou a concepção de trabalho ao inserir a produção sob um novo “espírito”, a racionalidade econômica, que, como demonstra enfaticamente Weber (2006), tornou a vida calculável promovendo o dever de trabalhar, fazendo do trabalho meio para se adquirir um salário, sacralizando sua função social, expandindo sua duração e recusando qualquer fomento do lazer ou ócio. O tempo tornou-se sinônimo de dinheiro e seu dispêndio em atividades não produtivas era desestimulado (Weber, 2006, p. 42). Essa racionalização da produção não foi implementada por meio de critérios técnicos, mas sim ideológicos. Nas palavras de Gorz (2007),

O *interesse* dos produtores capitalistas em racionalizar a tecelagem, dominar os custos, tornar este custo rigorosamente calculável e previsível graças à quantificação e a normatização de todos os seus elementos nada tinha de novo. A novidade, à qual antes se abstiveram, é que, em certo momento, os produtores quiseram impô-lo a seus fornecedores. Max Weber demonstra convincentemente que a razão de tal abstenção não era nem jurídica, nem técnica, nem econômica, mas ideológica e cultural. (GORZ, 2007, p. 26, grifo do autor).

O trabalho, por essa nova ética, deixa a esfera privada e passa à pública, já não mais submetido às necessidades naturais, mas num quadro que “desumaniza aqueles que o realizam” e que transforma o trabalhador em “acessório da máquina” (GORZ, 2007, p. 28). Implicando assim, que

O trabalhador devesse adentrar o processo produtivo despojado de sua personalidade e de sua singularidade, de seus fins e de seus desejos próprios, como simples *força de trabalho*, intercambiável e comparável à de qualquer outro trabalhador, servindo a fins que lhe são estranhos e indiferentes (GORZ, 2007, p. 29, grifo do autor).

Além de apartado de sua singularidade e da determinação de seus fins, a construção da jornada de trabalho foi um duro processo para os trabalhadores. Não era da cultura das sociedades da Antiguidade e da Idade Média, o trabalhador racionalizar, fazendo o cálculo do tempo necessário de trabalho se quisesse ganhar mais. O cálculo realizado pelos trabalhadores em ambos os períodos era o do trabalho necessário para ganhar uma quantia que garantiria as necessidades cotidianas. Apresentado esse fato, não nos é estranho o dado demonstrado por Gorz que a falência das primeiras fábricas ocorreu em razão da recusa do operário a fornecer uma jornada de trabalho integral. Disso resultou que a recusa fosse vista pela burguesia como motivada pela “preguiça” e pela “indolência” do trabalhador. Para superar tais características, a solução encontrada pelos capitalistas foi a remuneração por valores muito baixos por hora de trabalho para que os operários aceitassem a jornada integral e evitassem ficar ociosos muitos dias por semana (GORZ, 2007, p. 30). A racionalidade econômica, nesse sentido, disciplinou não apenas a conduta do trabalhador no interior da fábrica, mas racionalizou toda a sua vida individual. Para o funcionamento da empresa capitalista, foi necessário que, além do trabalho, outras esferas da sociedade e da vida do indivíduo se tornassem calculáveis; a racionalidade econômica precisou emancipar o homem de todos os outros princípios sobre os quais estava submetido para subordiná-lo sob o único domínio do capital (GORZ, 2007, p. 27). Portanto, racionalizou-se a esfera jurídico-política a fim de regulamentar as condutas individuais (GORZ, 2007, p. 38-39). A funcionalidade foi implantada em toda organização e relação social.

Chamo *funcional* uma conduta que é racionalmente adaptada a um fim, independentemente da intenção que tem o agente de perseguir essa finalidade que, na prática, ele nem mesmo conhece. A *funcionalidade* é uma racionalidade *externa* trazida a uma conduta pré-determinada e prescrita ao ator pela organização que o envolve. Tal conduta é a *função* que tem a desempenhar, sem discutir seus objetivos (GORZ, 2007, p. 39, grifo do autor).

O trabalho, nesse sentido, tornou a vida funcional, estabelecendo-se enquanto *locus* de dominação. Gorz reafirma a posição de Weber de que o capitalismo só conseguiu se desenvolver quando se emancipou de todas as outras racionalidades e as substituiu pela racionalidade econômica, o que só foi possível com extrapolação do calculável e do quantificável da fábrica para a vida cotidiana. A mecanização do trabalho exigiu a mecanização do trabalhador pela

“coerção ao rendimento, pela imposição de ritmos ou cadências” (GORZ, 2007, p. 29). O controle sobre o tempo e o ritmo de vida do trabalhador destacou-se como parte central da engrenagem que permitiu ao modo de produção capitalista sua permanência. O rendimento era o que devia ser privilegiado no tempo dedicado ao trabalho, enquanto o tempo de não trabalho não devia prejudicar o rendimento necessário ao seu tempo contraposto e, possibilitar cada vez mais o aprofundamento de mecanismos que não se afastassem da lógica do racionalismo econômico.

O trabalho, sob essa nova racionalidade, deixa de apresentar qualquer relação com a satisfação de “fazer uma obra” que as sociedades anteriores priorizavam. A atividade produtiva na sociedade capitalista tornou-se meio para ganhar a vida, sendo sua finalidade a de ganhar o suficiente para comprar mercadorias e produtos que são definidos, não pelos indivíduos por si mesmos, mas pela máquina social. Assim, o indivíduo alienado em seu trabalho, também o passa a ser na percepção de suas necessidades e de seu consumo (GORZ, 2007).

A racionalização econômica do trabalho pela subversão do modo de vida e das relações sociais tornou as ideias de liberdade e autonomia existencial, que estavam presentes das sociedades anteriores, desnecessárias e obsoletas no capitalismo. O trabalho, portanto, não pode ser vivido como *poiêsis*, ou seja, “ação soberana do homem sobre a matéria” (GORZ, 2007, p. 58).

Diversos pensadores, dentre os quais se destaca Karl Marx, propuseram a emancipação humana devesse ser buscada para que os indivíduos restabelecessem o domínio sobre suas ações, inclusive no trabalho, de modo a se tornarem indivíduos autônomos capazes de realizar atividades cujos fins fossem definidos pelos mesmos (MARX, 1978; MARX; ENGELS, 2011).

André Gorz divergir da solução apontada por Marx para emancipação humana pela retomada do trabalho como atividade com fim em si representada pela autogestão e apropriação coletiva dos meios de produção e apresentará uma “saída” que difere, mas não se aparta dos objetivos que busca a teoria marxista. Não cremos que Gorz tenha abandonado o marxismo, como sugerem alguns estudiosos, mas sim cremos que tenha apontado questões fundamentais sobre a sociedade contemporânea, as quais devem ser relevadas e repensadas pelos sociólogos marxistas de nosso tempo.

2. Marxismo e a apropriação coletiva dos meios de produção

Karl Marx também percebeu esses desdobramentos da racionalização capitalista, definindo o trabalho como um produto do capital cujo fim passou a ser indiferente e estranho ao proletariado. Os indivíduos tornaram-se universais, abstratos e despojados de individualidade. A teoria marxista busca, nesse sentido, a emancipação humana; quer reintegrar os homens a sua essência e a sua individualidade apropriadas pelo capital e seu modo de produção (MARX, 2011; MARX; ENGELS, 2011). A emancipação humana, para Marx, se daria pela revolução vista como resultado inevitável do desenvolvimento dos modos de produção. A revolução seria único meio

que possibilitaria ao proletariado se reapropriar da produção e evitar à miséria **[3]**. Somente ela garantiria a “autonomia e a dignidade das quais a racionalização capitalista despojou o trabalho” (GORZ, 2007, p. 34).

A solução para a recuperação da dignidade no trabalho seria a autogestão, isto é, a submissão do processo de produção de mercadorias ao controle dos proletariados, que atuariam como produtores associados. Cada proletário transformaria o trabalho em atividade pessoal, em contribuição voluntária, havendo assim, a “união entre trabalho e vida”, transformando a atividade profissional em “desenvolvimento total do indivíduo” (GORZ, 2007, p. 35). A apropriação coletiva dos meios de produção faria coincidir os fins individuais de cada proletário com os fins coletivos da sociedade socialista. Dessa forma, a integração funcional do proletário seria sua integração social e, os fins do Partido, do Socialismo e da História, por meio da realização do Plano da revolução, se tornariam os fins pessoais de cada indivíduo. Segundo Gorz (2007),

A moral socialista, fazendo da realização do Plano um imperativo moral pedia ao trabalhador “consciente” que desejasse a integração funcional exigida com o *sendo* sua integração social e seu aperfeiçoamento pessoal. Devia, em suma, *desejar ser o instrumento ativo* pelo qual uma vontade transcendente (a do Plano, a do Partido) realizaria os fins transcendentais (os fins do Socialismo, da História, da Revolução); pelo amor ao Partido, pela *fé* na Revolução, no Socialismo (GORZ, 2007, p. 47, grifo do autor).

Gorz criticará a lógica marxista, apontando o quanto se aproxima a moral socialista de uma moral religiosa e da própria ética protestante (GORZ, 1982b, 2007). Da mesma forma que a ética protestante promovia a ordenação racional do mundo como desejada por Deus, a moral socialista apresentava o trabalho como desejado pelo Plano e pelo Partido para que a razão universal triunfasse. Nesse aspecto, a análise de Gorz é que a utopia marxista apresenta-se como triunfo total da Razão, buscando a “racionalização integral da existência individual” e, promovendo a racionalização da vida tal como a ética capitalista havia promovido (GORZ, 2007, p. 49). Sendo o trabalho o maior motor da racionalização da existência, a moral socialista intentava a integração funcional do indivíduo por meio desse a fim de realizar objetivos que permaneciam sendo exteriores aos indivíduos, determinados por tanto pelo Partido como pelo Plano. A produção socialista pela autogestão em si não superaria a funcionalidade que move o trabalho na sociedade capitalista.

Gorz não apenas critica a razão total estimulada pelo marxismo, mas apresentará diversos argumentos contrários à possibilidade da emancipação humana ocorrer enquanto revolução como pensada pelo marxismo. Um dos primeiros pontos que cabe levantar é que, para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas levaria o aprofundamento das contradições de classe, aumentando a miséria vivida pelo proletariado e por consequência a revolução, em nome da sobrevivência do proletariado, seria inadiável. Gorz, por viver um século adiante de Marx,

pôde analisar o desenvolvimento do capitalismo e presenciar que as contradições entre as classes não se aprofundaram, a miséria da classe trabalhadora não ampliou, assim, a revolução que seria inevitável, de fato, tornou-se, com as transformações da sociedade capitalista e de seus meios de dominação, cada vez mais distante.

Para Gorz, as forças produtivas, o trabalho e o mercado são permeados por uma racionalidade que não poder servir a outro senhor que não o capitalismo. Assim, “o capitalismo é entendido não apenas como o sistema produtor de mercadorias que tem como finalidade a apropriação privada da riqueza, mas o tipo de racionalidade que o acompanha” (CAMARGO, 2006, p. 170). Partindo disso, Gorz refuta o projeto marxista de busca da emancipação pela apropriação coletiva das forças produtivas o apontando como impossível de se desvincular da razão capitalista.

Apesar da impossibilidade da apropriação das forças produtivas, do não aprofundamento das contradições de classe e da racionalização da vida pelo Partido, o argumento mais polêmico de Gorz sobre a teoria marxista é sua afirmação de que a transformação revolucionária da sociedade pelo proletariado não pode mais ocorrer porque o proletariado clássico como pensado pela teoria marxista tem, cada vez mais, “desaparecido”. O desenvolvimento tecnológico das últimas três décadas do século XX promoveu uma crescente redução da necessidade do trabalho e dos trabalhadores. O trabalho deixou de ser a principal fonte produtiva de valor e progressivamente tem surgido uma mão de obra excedente (GORZ, 2007, 1982b), que tem se ocupado no setor de serviços ou se encontra na informalidade, o que contrasta com uma minoria de trabalhadores empregados em empregos duradouros na indústria e de tempo integral.

A automação da produção na indústria além de abolir postos de trabalho tornou o trabalho mais racionalizado e reificado, separado da personalidade do trabalhador “de tal maneira que a mesma tarefa pudesse ser cumprida por outro trabalhador qualquer, trabalhando em uma fábrica qualquer instalada nos quatro cantos do território ou nos quatro cantos do mundo” (GORZ, 2007, p. 62). Tornou-se muito mais difícil a diferenciação dos tipos de trabalho na linha de produção de indústrias muito distintas como as de automóveis e de alimentação porque “a identidade profissional não se relaciona mais ao produto, mas aos sistemas de tecnologia secundária aplicados à produção” (INOX apud GORZ, 2007, p. 80). A possibilidade de mudança de empresa se tornou mais viável, já que o saber necessário para o trabalho na produção “banalizou as competências profissionais” (GORZ, 2007, p. 81-82). A banalização das competências ocorrida pela automação se interpõe à proposição de Marx de pensar o proletariado como classe-sujeito da revolução porque, para Marx, os operários exerciam poder na produção por deterem um conhecimento profissional e prático insubstituíveis “que os colocavam, no interior da fábrica, no ápice de uma hierarquia inversa à hierarquia social” (GORZ, 1982b, p. 58), o que deixa de ser possível de afirmar com a revolução da microeletrônica.

Apesar dessas não concordâncias de Gorz com Marx, acreditamos que a intenção de Gorz é debater novos caminhos a serem percorridos pelo marxismo – talvez o mais correto dizer –, caminhos novos para a esquerda. Gorz acredita que o trabalho é mais que *locus* de realização da racionalidade capitalista, ele é o principal instrumento de propagação e manutenção do capitalismo e da racionalidade econômica na sociedade. No entanto, apesar das divergências com a teoria marxista, Gorz acredita que a liberdade humana está condicionada a liberdade da dominação sofrida pela classe trabalhadora, porém, enquanto Marx aponta como supressão da dominação a extinção da propriedade privada e da apropriação privada das forças produtivas, Gorz crê que apenas essas supressões não seriam suficientes para libertação da classe trabalhadora, uma vez que as próprias forças produtivas são engrenagens fundamentais da perpetuação da razão capitalista. O trabalho é visto como fonte da dominação porque ele é “o conjunto das atividades precárias e aleatórias” (GORZ, 1982b, p. 90). Nesse sentido, a questão de Gorz para teoria marxista é: como seria possível ao indivíduo retornar a sua essência, podendo ser autônomo e se autodeterminar no trabalho, se este é em si heterodeterminado?

Para superar a racionalidade econômica que é promovida pelo mundo do trabalho, a “saída” para Gorz perpassa pela redução da importância do trabalho na vida, o que seria possível com a redução do tempo de trabalho e com a liberação do tempo para realizar atividades autodeterminadas. Desse modo, a revolução tecnológica é vista por Gorz como potencial para transformação do papel do trabalho na sociedade, uma vez que ela promove o fim da centralidade do trabalho como *locus* da socialização. O novo proletário pós-industrial “não apenas não encontra mais no trabalho social a fonte de seu poder possível como vê nele a realidade do poder dos aparelhos e de seu próprio não-poder” (GORZ, 1982b, p. 91), sendo assim, a abolição da sociedade do trabalho e a mudança dessa para a sociedade do tempo liberado deveria ser desejável e estimulada, porque, além de promover o trabalho de curta duração para mais pessoas, permitiria aos indivíduos a liberação do tempo para que “possam se tornar senhores de seu corpo, do emprego que fazem de si mesmos, da escolha de suas próprias atividades, de seus objetivos, de suas obras” (GORZ, 1982b, p. 11).

O projeto de emancipação humana para Gorz deve ser a busca da emancipação da racionalidade econômica estabelecida na sociedade do trabalho pelo sistema capitalista. A superação dessa racionalidade só seria possível pela restrição da vivência dos indivíduos em seu *locus* de perpetuação, ou seja, o trabalho. Coloca-se como fundamental para a emancipação humana, a abolição da sociedade baseada no trabalho e a transformação desta, rumo à sociedade do tempo liberado.

3. Por uma sociedade do tempo liberado

As possibilidades da redução da duração do trabalho, como já afirmado, estão postas na sociedade atual. As mudanças tecnológicas “permitem produzir quantidades crescentes de mercadorias com quantidades rapidamente decrescentes de capital e trabalho” (GORZ, 1983, p.

73, tradução nossa). A proposta de Gorz é que haja redistribuição do tempo de trabalho em todas as funções de modo que a redução da carga horária seja generalizada [4]. A redistribuição teria dois objetivos:

a) que todos trabalhem cada vez menos para que todos possam trabalhar e desenvolver fora de seu trabalho as potencialidades pessoais que não conseguem nele desenvolver; b) que uma proporção muito maior da população possa aceder a tarefas profissionais qualificadas, complexas, criativas, responsáveis, que permitam evoluir e renovar-se continuamente (GORZ, 2007, p.187).

Repartir o tempo de trabalho, gerando uma nova economia do tempo é uma das soluções apontadas por Gorz para alcançar a emancipação humana porque permitiria uma crescente diminuição da importância do trabalho, possibilitando cada vez mais a diferenciação entre “a esfera da produção, dominada pela técnica e a esfera da vida pessoal e cotidiana” (ROMEFORT, 1989, p. 218, tradução nossa). O trabalho passaria a ser acessório perante outras atividades que o indivíduo poderia realizar. Essas atividades seriam autodeterminadas, isto é, elas seriam “seu próprio fim quando se trata de atividades estéticas [...] ou artísticas; quando se trata de atividades produtivas, cria objetos destinados ao consumo ou à utilização das próprias pessoas que as produzem ou que lhe são próximas” (GORZ, 1982b, p. 10-11).

Alguns autores criticam Gorz por pressuporem que esse afirmava que o trabalho só poderia ser heterônomo. No entanto, cabe pontuar que a crítica de Gorz é contra a conciliação da vida com o trabalho, da cultura com a técnica, da integração social com a integração funcional, o que a solução marxista para emancipação humana não parece diferenciar (BOWRING, 1996). Para Gorz,

A economia de mercado bem como a planificação econômica autoritária procedem ao contrário [da autodeterminação]: os indivíduos e seus modos de colaboração são heterodeterminados antecipadamente pelas exigências da produção, do lucro, do capital fixo; os resultados e o processo da colaboração deles são *a priori* alienados, incontroláveis (GORZ, 2009, p. 191, tradução nossa).

A autodeterminação só é conquistada quando o ser “projeta e realiza projetos pessoais com fins que são inventados por ele mesmo e de acordo com critérios que não são socialmente determinados” (GORZ, 1982a, p. 187-188, tradução nossa). Na visão de Gorz, não há espaço para autodeterminação no modo de produção socialista, uma vez que os fins são determinados pelo Plano e pelo partido. Para o socialismo, seria necessária a limitação dos espaços e tempos que o indivíduo atuaria pelos seus próprios fins em nome da manutenção da coletividade do Plano.

Para o modo de produção capitalista é forçoso impedir que os indivíduos autolimitem seu trabalho porque isto significaria a autolimitação do desejo de consumir. O consumo, além de

fazer girar a economia capitalista, está inserido na vida do trabalhador como algo que dá sentido ao esforço do trabalho, dá valor ao dinheiro ganho. O trabalhador na esfera do consumo busca a significação dessa “vida sacrificada”, consumindo produtos que são resignificados pela máquina social e tendem a demonstrar uma vida melhor que a que leva: “o carro, símbolo de liberdade e de evasão, a casa própria; símbolo de uma soberania aplicada no mundo exterior, os eletrodomésticos, símbolo de um modo de vida confortável” (GORZ, 2007, p. 120). Somente quando as vidas dos operários não forem dominadas inteiramente pela racionalidade econômica do trabalho capitalista e houver tempo livre para descobrir uma esfera mais ampla de valores não quantificáveis, será o momento em que os indivíduos poderão conceber sua vida como um “fim em si mesma, fonte de todos os valores” (GORZ, 2007, p. 117).

É preciso ainda que não confundamos a redução da duração do trabalho e flexibilização da relação do indivíduo com o trabalho propostas por André Gorz com a ideologia neoliberal de indivíduo autônomo que atua no mercado como empresa dispondo de seu tempo como uma força de trabalho, um capital fixo que exige ser reproduzido (GORZ, 2005, p. 23). A ideologia neoliberal vê o futuro do trabalho a partir da “abolição do regime salarial, autoempreendimento generalizado, subsunção de toda pessoa, de toda vida pelo capital, com qual cada um se identificará inteiramente” (GORZ, 2005, p. 25). Essa teoria não pode ser mais oposta à de André Gorz. O pensador pretende que a flexibilização do trabalho tenha a finalidade de ampliar o tempo livre do trabalhador de modo que possibilite a perda da importância do trabalho na vida dos operários; as análises de Gorz não pretendem, de forma alguma, que a duração do trabalho diminua para ocupar todo o tempo hábil do trabalhador e subtrair qualquer fim próprio que o indivíduo pudesse buscar por si mesmo ou para converter esse tempo em atividades determinadas pelo mundo capitalista. Em suas palavras,

Se quer, ao mesmo tempo, repartir um volume decrescente de trabalho entre um número crescente de ativos, aumentar a proporção de empregos estáveis e permanentes e oferecer maiores oportunidades de tempo escolhido, só há uma via: tornar o trabalho cada vez mais descontínuo, propor aos ativos a escolha entre inúmeras formas de descontinuidade, transformando-a assim em uma nova liberdade: transformando-a *em direito de trabalhar de modo intermitente e de levar uma vida multiativa na qual trabalho profissional e atividades não remuneradas revezam-se e completam-se* (GORZ, 2004, p. 107, grifo do autor).

Não é um projeto de precarização, mas uma flexibilidade favorável ao direito da escolha do tempo de trabalho pelo trabalhador. Deste modo, as oportunidades de mudança que a automação da produção gerou “*devem ser transformados em possibilidades de escolha e autogestão da descontinuidade e da flexibilidade*” pelos trabalhadores (GORZ, 2004, p. 109, grifo do autor).

Abolir o trabalho seria abolir a lógica funcional da vida. Portanto, a liberação do tempo visaria permitir que os “indivíduos possam ser senhores do seu corpo, do emprego que fazem de si mesmos, da escolha de suas próprias atividades, de seus objetivos, de suas obras” (GORZ,

1982b, p. 11). A flexibilização do tempo de trabalho gerará além de possibilidade de escolha dos trabalhadores pelos tempos e períodos de trabalho, relativizará a importância do trabalho na vida do trabalhador construindo a possibilidade do tempo livre do indivíduo ser destinado às atividades autodeterminadas que confirmam ao ser humano o desenvolvimento da autonomia e, de capacidades cooperativas, individuais e sociais. Só assim a sociedade da multiatividade se fará. Essa não é colocada como um rearranjo da sociedade do trabalho, mas sim enquanto ruptura:

uma outra sociedade. [...] Para que a multiatividade desenvolva-se, será ainda preciso que a sociedade organize-se com este fim por meio de um conjunto de políticas específicas; quer dizer, que o tempo e o espaço social sejam arrançados ou alternem uma pluralidade e de modos de pertencimento. [...] o objetivo das “sociedades” esportivas ou artísticas não será selecionar, eliminar, hierarquizar, mas encorajar cada membro a renovar-se e a ultrapassar-se perpetuamente na cooperação com os outros; e esta busca por cada um da excelência será um fim comum a todos (GORZ, 2004, p. 90, grifo do autor).

Gorz ainda aponta que a sociedade da multiatividade necessita de duas mais políticas para sua constituição além da redistribuição do trabalho e do uso coletivo e autodeterminado do tempo livre. São elas: I) A garantia de uma renda suficiente para a sobrevivência não vinculada ao trabalho; II) o favorecimento de elos sociais e da coesão social a partir de modos de cooperação e de troca (GORZ, 2004).

Como é possível ser livre e atuar autonomamente? Essa é a questão que norteia a produção teórica de Gorz e que pode ser parcialmente respondida pela compreensão da concepção de sociedade dual do pensador. Ele crê que a sociedade está dividida entre o mundo do trabalho em que predomina a heteronomia e o mundo da vida em que a autonomia é quem prevalece. Gorz acredita que a heteronomia não é passível de ser completamente eliminada (BOWRING, 1996; GORZ, 1982a), assim, seu esforço teórico compreende a redução do mundo do trabalho para que sejam limitados os espaços e os tempos que o indivíduo não tem controle sobre si e, para que possam buscar atividades de complemento pessoal que promovam a autonomia (BOWRING, 1996).

Acreditamos que Gorz não abandonou completamente a teoria marxista, uma vez que suas teses de busca da emancipação humana ainda estão centradas nos trabalhadores. Só seria possível outra sociedade pautada no alcance da autodeterminação pelo indivíduo, se a sociedade como conhecemos centrada no trabalho deixar de o ser a partir da liberação do tempo de trabalho. André Gorz, ao fazer tal afirmação, retoma a asserção de Marx de que “o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta” (MARX, [s.d.], p. 942). No entanto, Gorz questiona se o trabalho pode deixar de ser estranhado. Diferentemente de Marx, Gorz parece acreditar que o trabalho apenas pode ser alienado situando-se sempre no reino da necessidade. A superação do reino da necessidade estaria em atividades com fim em si mesmas, o que, em sua elaboração teórica,

parece não ser passível de realização no trabalho. Gorz parece negar o trabalho como base da existência humana, como constituidor dos indivíduos tal como Marx concebe.

A crítica de Gorz à teoria marxista se concentra nos percurso apontado por esta para busca da autonomia dos indivíduos que passa pela apropriação coletiva das forças produtivas, o que seria mediado pelo Plano e pelo Partido. Gorz aponta que essa mediação está centrada por uma racionalidade que é em si capitalista e que ainda apresenta-se estranhada aos indivíduos. Além da dúvida apontada por Gorz da superação do trabalho estranhado, ele questiona a “saída” marxista que parece dirigir-se para outra alienação; a alienação dos fins atribuídos pelos indivíduos por si mesmos em nome dos fins coletivos estabelecidos pelo Plano e pelo Partido.

A breve análise que realizamos nesse ensaio sobre a redução do tempo de trabalho, se insere dentro do grande tema do autor da busca da liberdade, somente possível pela transformação do trabalho no sistema capitalista. Apresenta Gorz sua tese de que “para mudar a sociedade, é preciso mudar ‘o trabalho’” (GORZ, 2004, p. 111). Para Gorz, é preciso diminuir a importância das atividades reificantes na vida do indivíduo, inclusive a mais reificante delas, o trabalho. Essas atividades heterodeterminadas devem ser substituídas por outras que sejam autodeterminadas, que pautem uma nova vivência aos indivíduos, capazes de constituírem uma nova cultura do cotidiano. Somente as experiências dadas pelas atividades autônomas se colocariam como resistência ao domínio do capitalismo e às esferas heterônomas da sociedade.



NOTAS

* Estudante do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: ablazevedo@gmail.com

[1] O projeto de emancipação pautado por André Gorz é, nesse ponto, semelhante ao de Karl Marx. A emancipação da humanidade em busca da liberdade passa pela emancipação da classe trabalhadora para ambos; no entanto, para Marx, a emancipação está vinculada ao fim da propriedade privada dos meios de produção e da realização da autogestão do trabalho para superação do trabalho alienado; para Gorz, a emancipação necessita principalmente da redução do tempo e da importância do trabalho na sociedade (CAMARGO, 2006; GORZ, 2007, 1982b; PADILHA, 1995; SILVA, 2002).

[2] Não abordaremos nesse artigo a ênfase de Gorz por uma autonomia individual que é livre das opressões do Estado e da sociedade. Gorz explicita melhor esse posicionamento em: La conquête de l'autonomie. **Autogestions**. Paris, n.8-9, p. 187-203, printemps, 1982a.

[3] Para Marx, as massas proletárias seguiriam para a extrema miséria com o avanço do modo de produção capitalista. A revolução era apresentada como única possibilidade de sobrevivência perante a miséria (GORZ, 2007, p. 34). Na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2011) apontam que “os indivíduos devem apropriar-se da totalidade existente das forças produtivas, não apenas para chegar à autoatividade, mas simplesmente para assegurar a sua existência” (MARX; ENGELS, 2011, p. 73).

[4] Gorz admite que embora a revolução tecnológica já tenha reduzido a carga horária em alguns setores, a redução não está sendo realizada uniformemente. “Até aqui, a duração do

trabalho foi reduzida de maneira extremamente diferenciada: para uns, chegou a zero; para outros, nada mudou” (GORZ, 2007, p. 185).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOWRING, Finn. Misreading Gorz. **New Left Review**, 217, p. 102-122, 1996.

CAMARGO, Sílvio César. Capitalismo e utopia na teoria social de André Gorz. In: SILVA, Josué Pereira da; Rodrigues, Iram Jácome (orgs). **André Gorz e seus críticos**. São Paulo: Annablume, 2006.

GORZ, André. L'homme est un être que a à se faire ce qu'il est (entrevista). In: FOUREL, Christophe, **André Gorz: um pensador para o XXI^e. siècle**, Paris: La Découverte, 2009, p. 179-197.

_____, **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2007.

_____, **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____, **Miséria do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____, **Les chemins du paradis: L'agonie du capital**. Paris, Galilée, 1983.

_____, La conquête de l'autonomie. **Autogestions**. Paris, n.8-9, p. 187-203, printemps, 1982a.

_____, **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1982b.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, O processo de produção do capital, vol.1, 6^a Ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

_____, **O Capital: crítica da economia política**. Livro terceiro, O processo global de produção capitalista, vol.6, 3^a Ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, [s.d.].

_____, Manuscritos Econômicos-Filosóficos: Terceiro Manuscrito. In: **Os pensadores**. 2^a. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1^a. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e racionalidade econômica: um par imperfeito**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1995.

ROMEFORT, Alain de. Utopie contre utopie. **Les Temps Modernes**, 514/515, p. 216-222, 1989.

SILVA, Josué Pereira da. **André Gorz: trabalho e política**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.